

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC

NIRE Nº 42300011274 - CNPJ/MF Nº 83.878.892/0001-55

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, hora e local: Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, na sede social da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, na Avenida Itamarati, 160, Itacorubi, em Florianópolis (SC), com início às 9 horas. **Presenças:** Derly Massaud Anunciação, Luciano Chede, Marcelo G. da Silva, Leandro N. da Silva, Cleverson Siewert, Ademir Zanella, Edison A. Andrino de Oliveira, Paulo Roberto Meller, Michel N. Itkes e Luiz Otavio Assis Henriques. Justificada a ausência do conselheiro José Luiz Alquéres. **INFORMAÇÃO: 1. Relato do Presidente da Celesc Holding referente atividades da Empresa** (Relator: Cleverson Siewert): O Presidente iniciou comentando sobre a inovadora iniciativa da Diretoria Comercial na implantação do Videoatendimento nas lojas de maior fluxo do estado, o que garantirá maior agilidade no atendimento ao consumidor. Na sequência, destacou o Seminário Gestão de Riscos, ocorrido no dia 26 de outubro, na Administração Central, e coordenado pela KPMG Consultoria, onde foi apresentado a profissionais de mais de 20 empresas catarinenses, privadas e de economia mista, entre outros temas, o *case* da implantação da Gestão Estratégica de Riscos na Celesc, referência no estado. Destacou a participação da Celesc por mais um ano nas atividades da Semana Nacional de Segurança com Energia Elétrica, promovida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), este ano na sua 12ª edição com a campanha “É aí que mora o perigo”. Entre 5 e 11 de novembro, a cultura da prevenção de acidentes será divulgada em eventos municipais, campanhas de rádio, redes sociais e lojas de atendimento. Na sequência, comentou sobre a Missão da Aneel para o Corredor Elétrico Sul que, entre os dias 6 e 8 de novembro, utilizará dois carros elétricos cedidos pela Celesc em uma viagem de Curitiba a Florianópolis para verificar as infraestruturas de recarga do trecho. Ao final, haverá um evento de encerramento na Administração Central onde será apresentado o projeto P&D Eletropostos Celesc, os resultados obtidos e o panorama de mercado para projetos de armazenamento local de energia. Na sequência, destacou a assinatura, no dia 31 de outubro, em Brasília, do contrato junto Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento de US\$276 milhões, que irá custear, entre 2018-2022, 60% das obras no sistema elétrico catarinense, entre elas a construção de 20 novas subestações, ampliação de 31 já existentes, construção de 342 km de linhas de distribuição e aquisição de equipamentos de automação do sistema e TI. Destacou a importância do recurso para a manutenção de um perfil adequado de endividamento da companhia e agradeceu o empenho de todos os envolvidos no processo, desde o Conselho de Administração, equipe técnica da Celesc,

governador Eduardo Pinho Moreira, Assembleia Legislativa e senador Dalírio Beber. No ambiente macro, comenta a previsão para a Selic em 6,5% ao ano, dólar a R\$3,70, inflação a 4,4%, PIB de 1,36%, balança comercial de US\$ 56 bilhões e investimentos diretos de US\$ 67 bilhões. Para o ano de 2019 a projeção destes indicadores se mantêm estáveis com variações importantes apenas no PIB, a 2,5% e Selic, a 8,0%. Já a taxa de desemprego segue estável, na casa dos 12%, com um leve aumento no rendimento real do trabalhador, de 0,6%. Na indústria, comenta sobre a atual expectativa de crescimento, de 2,6%, frente a estimativa do início deste ano, quando as previsões apontavam um crescimento de 4,2% para 2018, causado pelo baixo desempenho de 49 dos 93 segmentos do setor e resultado de um cenário externo menos favorável, incertezas de um ano eleitoral e sobretudo pela transmissão apenas parcial da queda da taxa de juros (Selic) para o crédito de empresas e consumidores, fator que poderia ter um efeito semelhante no setor como foi da liberação do FGTS e do PIS/Pasep, em 2017. No ambiente internacional, destaca o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados Unidos no terceiro trimestre (3,5%), alavancado pelo forte consumo interno e os gastos sólidos do governo, mesmo com queda de aproximadamente 30% nas exportações, sobremaneira as de soja, motivada pela guerra comercial com os chineses. Continuou, comentando sobre o aumento em 28% na importação da soja brasileira pela China em setembro, atingindo 95% do total de grãos importado, mais um reflexo das disputas com os Estados Unidos, que costumavam ser o maior exportador para o país asiático. Avaliou também a declaração do gabinete executivo do Partido Comunista Chinês em relação à combinação de fatores externos e internos que têm pesado no crescimento econômico do país e as medidas imediatas que serão tomadas para enfrentar este cenário, como a redução de impostos no setor privado, criação de políticas mais favoráveis para pequenas empresas e do ramo de tecnologia, estímulo à expansão de opções de crédito e redução de custos das instituições financeiras, criação de condições mais justas à entrada de empresas no mercado e evitar o uso de padrões muito simplificados para fechar companhias por questões de segurança e de proteção ao meio ambiente. Em relação ao setor elétrico, comenta desafios do governo em um eventual cenário de forte avanço da economia frente à oferta limitada de energia, às restrições de reservatórios das hidrelétricas e o problema do GSF, que tem causado uma guerra judicial, motivada pela inadimplência bilionária no setor. Comentou também sobre a recente operacionalização de duas decisões judiciais, no valor de R\$ 3 bilhões, reduzindo assim o montante em aberto do GSF para cerca de R\$ 6,8 bilhões. Continuou comentando sobre o início do horário de verão no dia 04 de novembro, com fim em 16 de fevereiro de 2019 com redução estimada em 0,5% no consumo do período e 4,5%, na demanda entre 18h e 21h, tanto a nível nacional quanto estadual. Na sequência, finalizou analisando o nível de armazenamento atual dos reservatórios no sistema e a previsão do PLD, a R\$ 149,95/MWh. 2.

Relato dos Comitês – (Relato dos coordenadores): **Comitê Financeiro:** O comitê analisou o Refinanciamento da SPE Rondinha; Calendário Anual de Eventos Corporativos – RI; Resultado do 3º trimestre da Celesc S.A. Celesc Distribuição e Celesc Geração S.A.; Premissas Macroeconômicas ligadas ao Orçamento; Estudo Atualizado de Fluxo de Caixa – Capital Próprio X Capital de Terceiros e Créditos a Receber na Liquidação Financeira da CCEE + Estratégia de Sazonalização. **Comitê Jurídico e Regulatório:** O coordenador relatou que foram analisados os seguintes assuntos: Cessão Temporária de Imóvel para a Polícia Militar; Projetos de Base de Remuneração Regulatória; Status Projetos para Mitigação dos Riscos Estratégicos; Apresentação Complementar aos Riscos de Regulação e Planejamento da Atualização do Mapa de Riscos. **Comitê de Assuntos Estratégicos e de Sustentabilidade:** Na reunião do comitê foram apreciados os seguintes assuntos: Contrato de Gestão e Resultados 2019-2021; abertura e execução de processo licitatório para a ampliação e reforma das subestações Mafra, Jaraguá do Sul Rio da Luz, Ituporanga, Laguna, Ilha Sul, Içara, Capinzal, São José do Cedro, Joinville I, Camboriú e Tijucas; Contratação de Projeto de P&D de Sistema de Armazenamento de Energia Elétrica para Redução de Demanda em Horário de Ponta e Suporte de Serviços Anciliares para a Rede de Distribuição; Mapa de Equipamentos com Carga Elevada no Sistema de Alta Tensão e regras de acesso ao sistema comercial SIGA. **Comitê de Recursos Humanos:** Foram apresentados os seguintes assuntos - abertura de Concurso Público 2019; Eleição Diretor Comercial; Reajuste Salarial dos Diretores e Segurança do Trabalho. **DELIBERAÇÃO: 3. Orientação de voto para refinanciamento da SPE Rondinha** (Relator: Régis da Silva): Aprovada por maioria, a proposta constante da NE/CA nº 99/18 e Deliberação nº 028/2018. O conselheiro Marcelo G. da Silva vota contrário à proposta apresentada. **4. Autorização para Cessão Temporária de Imóvel para a Polícia Militar** (Relator: Régis da Silva): Aprovada por unanimidade, a proposta constante da NE/CA nº 97/18 e Deliberação nº 027/2018. **5. Autorização para abertura de Concurso Público 2019** (Relator: Adriano L Medeiros): Aprovado por maioria, a proposta constante da NE/CA nº 94/18 e Deliberação nº 249/2018, com voto contrário dos Conselheiros Derly M. de Anunciação, Luciano Chede e Marcelo Gasparino da Silva. **6. Reajuste Salarial dos Diretores** (Relator: Adriano L Medeiros): Aprovada por maioria, a proposta de reajuste da remuneração para os diretores no percentual de 4% (quatro) por cento, a partir de novembro de 2018. O Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva vota contra o reajuste. **7. Aprovação do Contrato de Gestão e Resultados 2019-2021** (Relatora: André Pereira). O Conselho de Administração solicitou ajustes na proposta apresentada e o tema voltará para deliberação em outra reunião. **8. Autorização para abertura e execução de processo licitatório para a ampliação e reforma das subestações Mafra, Jaraguá do Sul Rio da Luz, Ituporanga, Laguna, Ilha Sul, Içara, Capinzal, São José**

do Cedro, Joinville I, Camboriú e Tijucas (Relator: Vitor L. Guimarães): Aprovada a proposta constante da NE/CA nº 84/18 e Deliberação nº 239/2018. O Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva se absteve de votar. **9. Calendário Anual de Eventos Corporativos - RI** (Relator: José Eduardo Evangelista): Aprovado o calendário anual de eventos corporativos.

CONHECIMENTO/APRESENTAÇÃO: Foram apresentados os seguintes temas: **10. Resultados do 3º trimestre/18 da Celesc S.A. Celesc Distribuição e Celesc Geração S.A** (Relator: José Eduardo Evangelista): Apresentados os resultados do 3º trimestre/18 da Celesc S.A. e suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição e Celesc Geração S.A. A representante da auditoria independente, Sra. Sabrina Juliana Macarini prestou os esclarecimentos solicitados pelo Conselho. O Comitê de Auditoria Estatutário se reuniu em 07.11.18 para análise deste tema e manifestou que os resultados estão aptos a serem apreciados pelo Conselho de Administração. **11. PMSO, Resultado, Fluxo de Caixa, Captações de Recursos:** Efetuada a apresentação mensal. **12. Mapa de Equipamentos com Carga Elevada no Sistema de Alta Tensão:** Apresentado o relatório sobre o tema. **13. Segurança do Trabalho:** Efetuada a apresentação mensal.

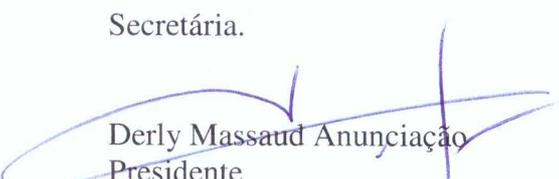
ESCLARECIMENTOS: Sobre a manifestação do Conselheiro Marcelo Gasparino da Silva, nas reuniões dos Comitês Financeiro e Estratégico do dia 17.10.2018 e reunião do Conselho de Administração de 18.10.2018, a Diretoria Executiva reitera o posicionamento apresentado ao Conselho de Administração, conforme ata de 18/10/2018 e entende que tem realizado todos os esclarecimentos e estudos necessários à tomada de decisão, inclusive quanto à estratégia de atuação em negócios com investidores privados, especialmente no que diz respeito à fase de desenvolvimento dos projetos nos quais tenha adquirido participação societária e reitera que as decisões tomadas tem sido realizadas com base em estudos técnicos, com o devido aprofundamento que os assuntos requerem. Ademais, quanto à licitação da ampliação da Usina Celso Ramos, entende que não há motivos para postergar a decisão para 2019, ciente de que esta decisão poderia vir a prejudicar o cronograma previsto para a implementação do projeto. Acerca da aquisição de terrenos para implantação de subestações de energia elétrica a companhia segue as Instruções I-313.0022 e I-124.0001, envolvendo procedimentos de análise de viabilidade técnica, ambiental e as legislações do setor. No caso em tela (Compra de terreno para SE Garopaba – item 7), após cumpridas todas as métricas cabíveis, ocorreu mobilização da população local contra a implantação do projeto, alegando prejuízos sociais e ao turismo na região. Tendo sido tentado todo tipo de mediação local com os órgãos envolvidos, quais sejam, associação dos moradores, Câmara de Vereadores, Prefeitura e Assembleia Legislativa e não logrando êxito, foi consenso a decisão de se prospectar novas alternativas para a construção da subestação. No tocante ao Plano de Desligamento Incentivado (item 8), cumpre destacar que a realização de Plano de

Desligamento Incentivada - PDI é uma ferramenta de gestão de pessoas e redução de custo de pessoal largamente utilizada pelas empresas, tanto no setor público como no setor privado. Sendo de conhecimento de todos que a Celesc passa por desafios importantes com foco em eficiência, principalmente quanto ao atingimento das metas financeiras, o PDI passa a ser importante ferramenta na melhoria dos resultados econômicos e possibilitando que a Celesc reduza seus custos de pessoal aos patamares regulatórios, promovendo o turnover com a contratação de empregados em patamares de custos bem mais baixos. Em média um empregado contratado nas novas regras de remuneração, custa 1/3 de um empregado elegível ao PDI. Somente essa economia já justificaria o Plano, no entanto também ocorre a renovação do corpo funcional que possibilita além de ganhos financeiros, também de qualidade e eficiência operacional. O regulamento do PDI aprovado pelo Conselho de Administração - CA em 28/03/2016 e conforme a NE 005/2016 - tem vigência de 2016 a 2020. O plano de ação vinculado foi cumprido e entre as ações estão a criação de novas condições salariais (fim do piso salarial), redução de benefícios e vantagens (Anuênio, Gratificação de férias e Gratificação 25 anos), bem como novo plano de previdência complementar (plano CD), que regerão os futuros ingressos na força de trabalho da empresa. Este programa faz parte da estratégia da Empresa de adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas. Aplicado desde 2016, o regulamento foi objeto de amplo debate com o CA, com a definição das regras de elegibilidade, fórmula de indenização, repasse de conhecimento, entre outros. Para melhorar a atratividade do plano aos empregados que trabalham em área de risco ou tem adicionais de função, foram incluídos estes itens como parte do cálculo da indenização, porém, para ter direito a este valor, o empregado deve fazer jus a uma habitualidade de percepção da verba em pelos menos 48 meses dos últimos 60 meses, considerando os 5 últimos exercícios anteriores à saída do empregado. A lógica de habitualidade visa evitar que sejam forçadas situações para ocorrer aumento artificial da indenização. É importante destacar que o regulamento do PDI vigente buscou ser atrativo, porém com valores de indenizações inferiores aos planos aplicados no passado. Pensar na atratividade é essencial para ocorrerem as saídas, reduzir custos de pessoal e para que a Celesc atinja os indicadores financeiros para manter sua concessão. O PDI foi aprovado antes da mudança da lei e apesar da reforma trabalhista não prever a incorporação de gratificações, é necessário respeitar o entendimento majoritário da Justiça do Trabalho sobre o direito adquirido aos empregados com 10 anos ou mais exercendo a função. Quanto a legalidade do Plano, além da aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, o PDI foi firmado através de Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. A suprema Corte já reconheceu a validade de PDI de empresa Pública (BESC) por meio da RE 590.415/SC, inclusive reconhecendo a quitação plena do contrato de trabalho

quando firmado ACT específico para tal finalidade. Entendimento este que foi recentemente validado pela reforma trabalhista Art. 477-b da Lei 13.467/17: “Art. 477-B - Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes. Já no que se refere à situação de dívida da empresa, do Fluxo de Caixa e dos investimentos, a Companhia (item 12) vem esclarecer que (i) O Passivo Atuarial reconhecido no Balanço da Companhia é revisto anualmente por empresa especializada e auditado pela Auditoria Externa, tendo como data base de avaliação o encerramento do exercício fiscal, já o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração é elaborado em outubro e aprovado em dezembro do ano anterior, sendo o orçamento construído com base no laudo de avaliação contabilizado no ano anterior; (ii) O Passivo Atuarial é impactado por variações na taxa SELIC, tanto para taxa de desconto quanto para projeção de rentabilidade das aplicações, pela utilização do Plano de Saúde e pelas decisões de equacionamento em execução de pagamento; (iii) Ao longo do exercício o Passivo Atuarial é modificado apenas por amortização de pagamentos, não sofrendo reavaliações e modificações substanciais; (iv) o Passivo Atuarial é considerado uma dívida de longuíssimo prazo, não representando um efetivo desembolso financeiro, tendo em vista considerar o montante necessário de despesas até o completo encerramento do plano, levando em consideração a tabela de mortalidade e sendo reavaliado anualmente, onde movimentação de massa, alteração na taxa SELIC, alteração na rentabilidade do fundo e modificações no Plano de Saúde podem modificar o Passivo Atuarial; (v) quanto a dívida líquida da empresa, as principais variações ocorrem devido a elevada geração de Ativo Regulatório (diferença entre a receita regulatória recebida na tarifa e o valor efetivamente desembolsado com despesas de Parcela A) que afetaram a disponibilidade de Fluxo de Caixa da companhia, exigindo assim uma alavancagem para cobertura do descasamento temporal de Fluxo de Caixa; (vi) o descasamento do Fluxo de Caixa é provocado pelo formato do modelo regulatório, onde a distribuidora arca com despesas acima da tarifa concedida, perfazendo o direito a receber os créditos ao longo do próximo ciclo tarifário anual; (vii) no ciclo tarifário compreendido entre o período de 22.08.17 à 21.08.18 a empresa gerou um crédito a receber de R\$556MM, o que representou um reajuste tarifário de 7,47% a ser aplicado na tarifa do período 22.08.18 a 21.08.19, caracterizando assim um descasamento temporal superior a 12 meses entre o fato gerador e o recebimento do crédito; (viii) para fazer frente ao descasamento do fluxo de caixa, a empresa tem recorrido a empréstimos financeiros, respeitando os covenants de dívida líquida/Ebitda assim como buscado otimizar sua estrutura de capital visando a obtenção do melhor WACC; (ix) no que tange a estrutura ótima, em estudo realizado ao longo de 2017 a empresa

definiu como ótimo a estrutura composta por 43% de Capital Próprio e 57% de Capital de Terceiros, sendo que atualmente a estrutura está em 54,3% de Capital Próprio e 45,7% de Capital de Terceiros, o que reflete em um WACC real de 6%; (x) referente aos investimentos acima do mínimo regulatório, a companhia esclarece que o valor definido pela Aneel compreende apenas o mínimo necessário para manter a Base de Ativos Regulatórios nos mesmos montantes, considerando uma depreciação linear, não sendo aprofundado as necessidades para atender a expansão do sistema, ao crescimento do consumo e da carga; (xi) os investimentos realizados são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e visam suprir as necessidades de melhoria da confiabilidade do sistema, refletindo na constante redução dos indicadores de DEC e FEC, as metas do contrato de concessão e as metas do Plano de Resultados Aneel; (xii) referente a glosa de investimentos, a empresa esclarece que no processo de revisão tarifário de 2016, pela primeira vez, apresentou crescimento real da Parcela B, fruto do maior volume de investimentos, assim como do aperfeiçoamento dos processos de contabilização; (xiii) no referido processo de revisão, parte dos valores apropriados como investimento sofreram glosa, principalmente valores de apropriação de mão de obra, para corrigir este problema, foram elaborados 06 planos de ação no âmbito do Programa de Eficiência Operacional para melhoria da gestão dos ativos visando atender às exigências do órgão regulador no próximo processo de revisão tarifária que ocorrerá em 2021; e (xiv) quanto ao BID informa que o contrato foi assinado em 31.10.2018 na sede do banco em Brasília, estando assim em processo final para recebimento da primeira tranche de recursos. A companhia também se manifesta sobre o descompasso financeiro das distribuidoras, em especial acerca do descasamento com compra de energia e risco hidrológico: Após a grave crise hídrica vivenciada pelo setor elétrico entre os anos de 2012 a 2014, que demandou medidas emergenciais do governo para socorrer as distribuidoras de energia elétrica com a implementação de aportes do tesouro e um “empréstimo” de mais de R\$ 20 bilhões, constituído por meio da chamada Conta ACR, estamos atualmente vivenciando uma nova fase crítica. Desde 2017 os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas têm ficado abaixo do esperado, gerando impactos às distribuidoras com o despacho de usinas termelétricas a valores muito mais elevados, além dos custos suportados em razão do chamado “risco hidrológico”. Mais recentemente, um fator que também têm impactado o fluxo de caixa das distribuidoras é a variação do preço do dólar, que serve de parâmetro para os custos com a compra de energia de Itaipu. As distribuidoras têm atuado intensivamente junto a ANEEL, seja através da Abradee ou mesmo de forma independente, porém sem grandes avanços. Ainda que todo este cenário venha se agravando desde o ano passado, as medidas adotadas pela ANEEL com vistas a dar cobertura financeira necessária para fazer frente aos expressivos custos suportados com a compra de energia, especialmente em razão do risco

hidrológico, não vêm alcançando os resultados esperados. Embora a ANEEL tenha ajustado os valores das bandeiras tarifárias, este não têm se mostrado suficiente para cobrir os expressivos custos suportados pelas distribuidoras. Ao mesmo tempo, nos processos tarifários das distribuidoras, a metodologia utilizada para o cálculo da cobertura de compra de energia e risco hidrológico, não tem se mostrado suficiente. Trazendo para o caso concreto, a Celesc D teve concedido pela ANEEL R\$ 225 milhões de “risco hidrológico” para o ciclo 2018/2019, sendo que apenas nos 3 (três) primeiros meses do ciclo já foram desembolsados R\$ 431 milhões. Se considerarmos o descasamento financeiro da Parcela A, a Celesc D em Set/18 possuía R\$ 556 milhões a amortizar na tarifa, referentes ao ciclo 2017/2018 e já constituiu R\$ 555 milhões para ser amortizado a partir de agosto/2019, mesmo estando apenas no terceiro mês do ciclo 2018/2019. Esta condição de extremo descasamento financeiro vem sendo enfrentado por inúmeras distribuidoras. Segundo notícias divulgadas 11 distribuidoras estão na lista de devedoras junto a CCEE, sendo que quatro distribuidoras já tiveram o seu desligamento aprovado por unanimidade pelo conselho de administração do órgão: CEA, Ceal, Ceron e Eletroacre. Também estão inadimplentes, mas “sob monitoramento”, as seguintes companhias: Amazonas, Celpa, Cemar, Cepisa e Coelce. A CEB e a DMED, também possuem dívidas, mas os processos estão suspensos. No contexto desta grave crise setorial, a Celesc D tem adotado todas as medidas possíveis em busca da cobertura tarifária adequada para suportar os elevados custos verificados, com questionamentos e recursos administrativos formulados desde o ano de 2017. Recentemente, diante da ausência de manifestação tempestiva da ANEEL quanto ao recurso apresentado no processo tarifário de 2018, foi interposta Medida Cautelar objetivando suspender a obrigação de pagamento da liquidação do Mercado de Curto Prazo – MCP, com vencimento em 09/10/18, assim como o seu parcelamento junto a CCEE. Depois de extensas tratativas com o órgão regulador, essa medida acabou sendo concedida conforme Despacho ANEEL nº 2.354/2018. Atualmente encontram-se em curso as tratativas junto a CCEE para a definição dos termos e condições do parcelamento a ser formalizado. Em paralelo, a Celesc D segue atenta aos movimentos da ANEEL e do mercado, atuando de forma intensiva em busca de medidas setoriais que possam retomar o curso de estabilidade financeira do segmento de distribuição de energia elétrica. Ata processada por meio eletrônico, cuja publicação é autorizada sob a forma de sumário. Florianópolis, 08 de novembro de 2018. Derly Massaud de Anuniação, Presidente; Vanessa E. R. Rothermel, Secretária.



Derly Massaud Anuniação
Presidente

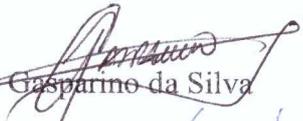


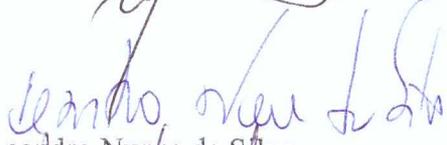
Vanessa E. R. Rothermel
Secretária

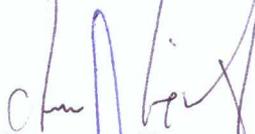


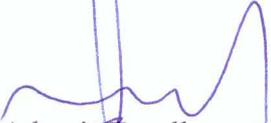
Celesc

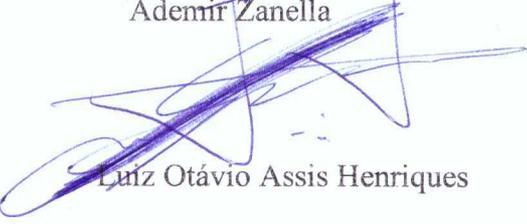
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

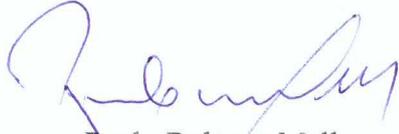

Marcelo Gasparino da Silva


Leandro Nunes da Silva

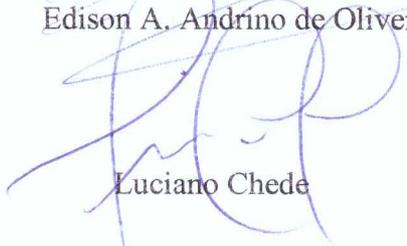

Cleverson Siewert


Ademir Zanella


Luiz Otávio Assis Henriques


Paulo Roberto Meller


Edison A. Andrino de Oliveira


Luciano Chede


Michel N. Itkes